

ÍNDICE

ABREVIATURAS

9

PARTE I

O DIREITO DAS SUCESSÕES

11

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS SUCESSÕES.

13

1. O Direito das Sucessões como ramo do Direito. 13
2. Objecto e características do Direito das Sucessões. 15
3. Os diversos sistemas sucessórios. 17
 - 3.1. Generalidades. 17
 - 3.2. Sistema individualista ou capitalista. 17
 - 3.3. Sistema familiar. 19
 - 3.4. Sistema socialista. 20
 - 3.5. O sistema português. 21

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DAS SUCESSÕES.

25

1. Generalidades. 25
2. Direitos da antiguidade. 25
3. Direito Romano. 25
4. O Direito Intermédio. 31
5. As Codificações. 33
6. A evolução posterior. 36
7. O Direito Português. 39

447

DIREITO DAS SUCESSÕES

CAPÍTULO III	
PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO DAS SUCESSÕES.	47
1. Generalidades.	47
2. O princípio da propriedade privada.	47
3. O princípio da protecção da instituição familiar.	48
4. O princípio da autonomia privada.	50
PARTE II	
A SUCESSÃO EM GERAL	51
CAPÍTULO IV	
CONCEITO DE SUCESSÃO.	53
1. O conceito jurídico de sucessão.	53
2. Sucessão e transmissão.	54
3. A sucessão em vida e a sucessão por morte.	56
4. Análise de alguns casos duvidosos.	57
4.1. Generalidades.	57
4.2. A doação com reserva de usufruto.	57
4.3. A doação com reserva do direito de dispor.	58
4.4. A doação <i>cum moriar.</i>	60
4.5. A doação <i>si praemoriar.</i>	61
4.6. A partilha em vida.	62
CAPÍTULO V	
A MORTE COMO PRESSUPOSTO DA SUCESSÃO.	67
1. A morte natural como pressuposto da sucessão.	67
2. A declaração de morte presumida.	68
3. As curadorias provisória e definitiva.	69
4. A sujeição a registo do óbito e da declaração de morte presumida.	70
CAPÍTULO VI	
O OBJECTO DA SUCESSÃO.	71
1. Direitos abrangidos pela sucessão.	71
2. Direitos excluídos da sucessão.	71
3. Exame de alguns casos duvidosos.	73
3.1. A indemnização por morte da vítima.	73
3.2. A transmissão por morte do arrendamento.	75

3.3. O seguro de vida.	75
CAPÍTULO VII	
CATEGORIAS DE SUCESSORES.	77
1. A distinção entre herdeiro e legatário.	77
2. Diferenças de estatuto entre herdeiro e legatário.	81
2.1. Generalidades.	81
2.2. O direito de exigir partilha e requerer inventário.	82
2.3. A responsabilidade pelos encargos da herança.	83
2.4. A sucessão na posse.	84
2.5. Outros aspectos de regime.	85
2.6. Conclusão.	86
CAPÍTULO VIII	
A DESIGNAÇÃO SUCESSÓRIA.	89
1. Conceito de designação sucessória.	89
2. Factos designativos.	90
3. Hierarquia dos factos designativos.	91
4. A situação jurídica dos sucessíveis designados em vida do autor da sucessão.	92
CAPÍTULO IX	
A ABERTURA DA SUCESSÃO.	97
1. Generalidades.	97
2. O momento da abertura da sucessão.	97
3. O lugar da abertura da sucessão.	98
CAPÍTULO X	
A VOCAÇÃO SUCESSÓRIA.	101
1. Generalidades. Vocação e devolução.	101
2. Pressupostos da vocação.	104
2.1. Generalidades.	104
2.2. Personalidade jurídica.	104
2.2.1. Generalidades.	104
2.2.2. A aquisição da personalidade jurídica.	105
2.2.3. A procriação artificial após a abertura da sucessão.	106
2.2.4. A atribuição da herança ou legado a favor de nascituro não concebido.	110

2.2.5. A personalidade jurídica das pessoas colectivas.	112
2.2.6. A sobrevivência em relação ao <i>de cuius</i> .	113
2.3. Capacidade sucessória.	114
2.3.1. Generalidades.	114
2.3.2. A indignidade sucessória.	114
2.3.3. A deserdação.	120
2.4. A titularidade de designação prevalecente.	125
3. O princípio da indivisibilidade da vocação.	125
4. Modalidades de vocação.	127
4.1. Generalidades.	127
4.2. Vocação originária e subsequente.	128
4.3. Vocação pura e vocação impura (condicional, a termo ou modal).	130
4.4. Vocação una e múltipla.	131
4.5. Vocação directa e indirecta.	132
4.6. Vocação imediata e derivada.	133
4.7. Vocação comum e anómala.	134
5. As vocações anómalias em especial.	134
5.1. Generalidades.	134
5.2. A transmissão do direito de suceder.	134
5.3. A substituição directa.	137
5.3.1. Generalidades	137
5.3.2. Modalidades.	137
5.3.3. Âmbito de aplicação.	138
5.3.4. Efeitos.	139
5.4. O direito de representação.	140
5.4.1. Generalidades.	140
5.4.2. O direito de representação na sucessão legal.	141
5.4.3. O direito de representação na sucessão testamentária.	142
5.4.4. O direito de representação na sucessão contratual.	144
5.4.5. Regime do direito de representação.	145
5.4.5.1. Generalidades.	145
5.4.5.2. Desigualdade de graus sucessórios com pluralidade de estirpes.	146
5.4.5.3. Igualdade de graus sucessórios com pluralidade de estirpes.	146
5.4.5.4. Unidade de estirpe.	148
5.5. O direito de acrescer.	149
5.5.1. Generalidades.	149

5.5.2. Âmbito de aplicação.	149
5.5.3. O direito de acrescer na sucessão legal.	150
5.5.3.1. Generalidades.	150
5.5.3.2. Designação simultânea de vários sucessíveis da mesma classe para sucederem na herança.	150
5.5.3.3. Impossibilidade de aceitação ou repúdio da herança por parte de algum ou alguns desses sucessíveis.	150
5.5.3.4. Inexistência de direito de representação.	151
5.5.3.5. Regime do direito de acrescer na sucessão legal.	152
5.5.4. O direito de acrescer na sucessão testamentária.	153
5.5.4.1. Generalidades.	153
5.5.4.2. Pressupostos do direito de acrescer.	153
5.5.4.2.1. Generalidades.	153
5.5.4.2.2. Instituição de vários herdeiros ou legatários na herança ou legado.	153
5.5.4.2.3. Impossibilidade de aceitação ou verificação de repúdio da herança ou legado.	154
5.5.4.2.4. Inexistência de disposição do testador em sentido contrário.	155
5.5.4.2.5. Ausência de carácter pessoal do legado.	155
5.5.4.2.6. Inexistência de direito de representação.	156
5.5.4.3. Regime do direito de acrescer na sucessão testamentária.	156
5.5.5. O direito de acrescer na sucessão contratual.	158
5.5.6. Natureza do direito de acrescer.	159
5.6. A substituição fideicomissária.	160
5.6.1. Generalidades.	160
5.6.2. Evolução histórica.	162
5.6.3. Elementos constitutivos da substituição fideicomissária.	164
5.6.3.1. Generalidades.	164
5.6.3.2. Dupla liberalidade com o mesmo objecto.	165
5.6.3.3. Encargo imposto ao beneficiário da liberalidade de conservar durante a sua vida o objecto da mesma para que este reverta por sua morte a favor do segundo beneficiário.	166
5.6.3.4. Ordem sucessiva.	166
5.6.4. Âmbito de aplicação.	167
5.6.5. Limites de validade.	167

DIREITO DAS SUCESSÕES

5.6.6. Situação jurídica do fiduciário.	169
5.6.7. Situação jurídica do fideicomissário.	172
5.6.8. Os fideicomissos irregulares.	174
5.6.9. Natureza da substituição fideicomissária.	176
5.7. O concurso de vocações anómalas.	179
PARTE III	
AS SUCESSÕES EM ESPECIAL	181
CAPÍTULO XI	
A SUCESSÃO LEGÍTIMA.	183
1. Generalidades.	183
2. Categorias de herdeiros legítimos.	184
3. Hierarquização dos sucessíveis legítimos.	185
3.1. Generalidades.	185
3.2. Preferência de classes.	185
3.3. Preferência de graus de parentesco.	186
3.4. Divisão por cabeça.	186
3.4.1. Regime geral.	186
3.4.2. Excepções.	187
4. A sucessão do cônjuge e dos descendentes.	188
5. A sucessão do cônjuge e dos ascendentes.	190
6. A sucessão exclusiva do cônjuge.	191
7. Sucessão dos irmãos e seus descendentes	192
8. Sucessão dos outros colaterais até ao quarto grau.	192
9. Sucessão do Estado.	193
CAPÍTULO XII	
A SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA.	195
1. Generalidades.	195
2. Conceito de testamento.	195
3. Características do testamento.	196
3.1. Generalidades.	196
3.2. O testamento como negócio jurídico unilateral.	196
3.3. O testamento como negócio jurídico não receptício.	198
3.4. O testamento como negócio jurídico <i>mortis causa</i> .	198
3.5. O testamento como negócio gratuito.	199

3.6. O testamento como negócio formal.	199
3.7. O testamento como negócio individual.	199
3.7.1. O carácter individual do testamento.	199
3.7.2. Excepções ao carácter individual do testamento.	201
3.7.2.1. Generalidades.	201
3.7.2.2. A conversão da doação por morte em testamento.	201
3.7.2.3. A autorização do cônjuge para a disposição de coisa certa e determinada incluída no património conjugal.	202
3.7.2.4. A inclusão de disposições testamentárias na convenção antenupcial.	203
3.8. O testamento como negócio pessoal.	203
3.8.1. O carácter pessoal do testamento.	203
3.8.2. Excepções ao carácter pessoal do testamento.	203
3.8.2.1. Generalidades.	203
3.8.2.2. A atribuição a terceiro da repartição da herança ou legado quando seja instituída ou nomeada uma generalidade de pessoas.	204
3.8.2.3. A nomeação do legatário de entre pessoas determinadas pelo testador.	204
3.8.2.4. A escolha do legado pelo onerado, pelo legatário ou por terceiro.	205
3.8.2.5. As substituições pupilar e quase-pupilar.	205
3.9. O testamento como negócio revogável.	206
4. Forma do testamento.	206
4.1. Generalidades.	206
4.2. As formas comuns de testamento.	207
4.2.1. Generalidades.	207
4.2.2. O testamento público.	208
4.2.3. O testamento cerrado.	209
4.2.4. O testamento internacional.	212
4.3. As formas especiais de testamento.	213
4.3.1. Generalidades.	213
4.3.2. O testamento militar.	214
4.3.3. O testamento marítimo.	215
4.3.4. O testamento a bordo de aeronave.	216
4.3.5. O testamento feito em caso de calamidade pública.	216
4.4. Âmbito da forma legal.	216

5.	Requisitos do testamento e das disposições testamentárias.	217
5.1.	Generalidades.	217
5.2.	Possibilidade física e legal e licitude do objecto e do fim do testamento.	218
5.3.	A capacidade testamentária.	218
5.3.1.	Generalidades.	218
5.3.2.	Casos de incapacidade testamentária.	218
5.3.3.	As substituições pupilar e quase-pupilar.	219
5.3.3.1.	Generalidades.	219
5.3.3.2.	A substituição pupilar.	220
5.3.3.3.	A substituição quase-pupilar.	220
5.4.	As indisponibilidades relativas testamentárias.	221
5.4.1.	Generalidades.	221
5.4.2.	As disposições do maior acompanhado a favor do acompanhante ou administrador legal de bens.	222
5.4.3.	As disposições do menor a favor do tutor, administrador legal de bens ou protutor.	222
5.4.4.	Testamento a favor de médicos, enfermeiros ou sacerdotes.	223
5.4.5.	Testamento a favor do cúmplice do testador adúltero.	224
5.4.6.	Testamento a favor do notário, redactor do testamento, intérprete ou testemunhas que tenham intervenção no acto.	225
5.4.7.	Disposição através de interpostas pessoas.	225
5.4.8.	Testamento em caso de violação dos impedimentos matrimoniais.	226
6.	Falta e vícios da vontade no testamento.	226
6.1.	Generalidades.	226
6.2.	Exigência de expressão da vontade de forma clara e inequívoca.	227
6.3.	Declarações não sérias.	227
6.4.	Falta de consciência da declaração e coacção física.	228
6.5.	A incapacidade accidental.	229
6.6.	Simulação.	229
6.7.	Reserva mental.	230
6.8.	Erro na declaração.	231
6.9.	Erro-vício.	231
6.10.	Dolo.	234
6.11.	Coacção moral.	234
6.12.	Usura.	235
7.	A inexistência e a invalidade do testamento.	236

8. A interpretação do testamento.	238
8.1. O critério geral do art. 2187º.	238
8.2. A eventual aplicação das disposições gerais relativas à interpretação negocial.	239
8.3. As normas interpretativas específicas em matéria testamentária.	241
9. A integração do testamento.	243
10. O conteúdo do testamento.	244
10.1. As disposições não patrimoniais do testamento.	244
10.2. As disposições patrimoniais do testamento.	247
10.2.1. Generalidades.	247
10.2.2. As disposições a título de herança.	247
10.2.3. Os legados.	249
10.2.3.1. Generalidades.	249
10.2.3.2. Classificações de legados.	249
10.2.3.2.1. Generalidades.	249
10.2.3.2.2. A classificação entre legados típicos e atípicos.	249
10.2.3.2.3. A classificação entre legados <i>per vindicationem</i> e <i>per damnationem</i> .	250
10.2.3.2.4. A classificação entre legados dispositivos e obrigatoriais.	251
10.2.3.2.5. A classificação entre legados com eficácia imediata e legados com eficácia mediata.	252
10.2.3.2.6. Posição adoptada.	253
10.2.3.3. Regime dos legados dispositivos.	253
10.2.3.3.1. Generalidades.	253
10.2.3.3.2. O legado de coisa certa e determinada.	253
10.2.3.3.3. O legado de coisa identificada pelo lugar em que se encontra.	254
10.2.3.3.4. O legado de usufruto.	255
10.2.3.3.5. O legado de crédito.	256
10.2.3.4. Regime dos legados obrigatoriais.	257
10.2.3.4.1. Generalidades.	257
10.2.3.4.2. O legado de coisa genérica.	257
10.2.3.4.3. O legado alternativo.	259
10.2.3.4.4. Os legados de prestação periódica e de alimentos.	259
10.2.3.5. O pré-legado.	261

10.2.3.6. Os legados pios.	261
10.2.3.7. Perturbações do legado.	263
10.2.3.7.1. Generalidades.	263
10.2.3.7.2. O legado de coisa pertencente a terceiro.	264
10.2.3.7.3. O legado de coisa comum.	265
10.2.3.7.4. O legado de coisa certa e determinada integrada na comunhão conjugal.	265
10.2.3.7.5. O legado de coisa pertencente ao sucessor obrigado ao legado.	266
10.2.3.7.6. O legado de coisa pertencente ao próprio legatário ou por este adquirida.	266
10.2.3.7.7. O legado de coisa onerada.	267
10.2.3.7.8. O legado para pagamento de dívida.	268
10.3. A instituição de fundações.	269
10.4. As cláusulas acessórias do testamento.	270
10.4.1. Generalidades.	270
10.4.2. A condição.	270
10.4.2.1. Generalidades.	270
10.4.2.2. Limitações à estipulação da condição.	271
10.4.2.3. A pendência da condição.	274
10.4.2.4. A verificação da condição.	275
10.4.3. O termo.	275
10.4.3.1. Generalidades.	275
10.4.3.2. Limitações à estipulação do termo.	275
10.4.3.3. Pendência do termo.	276
10.4.3.4. Verificação do termo.	277
10.4.4. O modo ou encargo.	277
10.4.4.1. Generalidades.	277
10.4.4.2. Limitações à estipulação de encargos.	277
10.4.4.3. Regime do modo.	278
10.4.5. A cláusula penal.	278
10.5. A revogação do testamento.	279
10.5.1. Generalidades.	279
10.5.2. Modalidades de revogação.	279
10.5.2.1. Generalidades.	279
10.5.2.2. Revogação expressa, tácita e real.	280
10.5.2.3. Revogação total e parcial.	284
10.5.3. As cláusulas acessórias no âmbito da revogação do testamento.	284

10.5.4. A revogação do testamento revogatório.	285
10.6. A caducidade do testamento.	286
10.6.1. Generalidades.	286
10.6.2. Caducidade total ou parcial.	286
10.6.3. Casos de caducidade.	286
10.6.3.1. Generalidades.	286
10.6.3.2. O falecimento do beneficiário da disposição testamentária antes do testador.	287
10.6.3.3. O falecimento do beneficiário da disposição testamentária antes da verificação da condição suspensiva.	287
10.6.3.4. A posterior incapacidade sucessória do beneficiário.	288
10.6.3.5. A dissolução ou invalidade do casamento do beneficiário.	288
10.6.3.6. O repúdio da herança ou legado.	289
10.6.3.7. Outros casos de caducidade das disposições testamentárias.	289
 CAPÍTULO XIII	
A SUCESSÃO CONTRATUAL.	291
1. Generalidades.	291
2. Modalidades de pactos sucessórios.	292
3. Regime dos pactos sucessórios.	292
3.1. Generalidades.	292
3.2. Pactos sucessórios renunciativos.	293
3.3. Pactos sucessórios designativos.	296
3.3.1. Generalidades.	296
3.3.2. A disposição do esposado a favor do outro e as disposições recíprocas de ambos os esposados.	297
3.3.3. A disposição de terceiro a favor de um ou de ambos os esposados.	298
3.3.4. As disposições dos esposados a favor de terceiro.	299
3.3.5. As doações por morte para casamento.	300
4. A situação jurídica dos sucessíveis contratuais em vida do autor da sucessão.	301
5. A impossibilidade de repúdio da sucessão contratual após a abertura da sucessão.	302

CAPÍTULO XIV	
A SUCESSÃO LEGITIMÁRIA.	305
1. Generalidades.	305
2. Elenco dos herdeiros legitimários.	306
3. Definição de legítima.	307
4. A legítima objectiva, a legítima subjectiva e a quota disponível.	307
5. O cálculo da legítima.	309
6. A tutela da legítima.	313
6.1. Generalidades.	313
6.2. A tutela quantitativa da legítima.	313
6.2.1. Generalidades.	313
6.2.2. A redução de liberalidades por inoficiosa.	314
6.2.2.1. Generalidades.	314
6.2.2.2. Liberalidades sujeitas à redução.	314
6.2.2.3. Legitimidade para requerer a redução.	315
6.2.2.4. Forma de determinar a redução.	315
6.2.2.5. Regime da redução por inoficiosa.	316
6.2.2.6. Natureza da redução por inoficiosa.	319
6.3. A tutela qualitativa da legítima.	320
6.3.1. Generalidades.	320
6.3.2. A cautela sociniana.	321
6.3.3. O legado por conta da legítima.	323
6.3.4. O legado em substituição da legítima.	325
6.4. A colação.	328
6.4.1. Generalidades.	328
6.4.2. Pessoas sujeitas à colação.	329
6.4.3. A dispensa da colação.	333
6.4.4. Regime jurídico da obrigação de conferir.	334
6.5. A imputação.	338
6.5.1. Generalidades.	338
6.5.2. As doações feitas aos descendentes que entrem na sucessão.	339
6.5.3. As doações feitas aos descendentes que não queiram ou não possam aceitar a sucessão.	339
6.5.4. As doações feitas ao cônjuge.	340
6.5.5. As doações feitas a ascendentes.	343
6.5.6. As doações feitas a não sucessíveis legitimários prioritários.	344
6.5.7. As disposições testamentárias a favor de herdeiros legitimários.	344

6.5.8. As disposições testamentárias a favor de não sucessíveis legitimários prioritários.	345
6.5.9. Conclusão.	345
7. Natureza do direito à legítima.	346
 PARTE IV	
A PENDÊNCIA DA SUCESSÃO E A AQUISIÇÃO SUCESSÓRIA.	353
 CAPÍTULO XV	
A PENDÊNCIA DA SUCESSÃO.	355
1. Generalidades.	355
2. A administração da herança jacente.	356
3. A responsabilidade por dívidas da herança jacente.	358
4. A notificação ao sucessível para informar se aceita ou repudia a sucessão.	358
5. Natureza da herança jacente.	360
 CAPÍTULO XVI	
A AQUISIÇÃO SUCESSÓRIA.	363
1. O sistema português de aquisição sucessória.	363
2. A aceitação e o repúdio da herança.	366
2.1. Regime geral da aceitação e repúdio.	366
2.2. Regime específico da aceitação da herança.	370
2.2.1. Formas de aceitação da herança.	370
2.2.2. Efeitos da aceitação da herança.	371
2.3. Regime específico do repúdio da herança.	372
2.3.1. Requisitos do repúdio da herança.	372
2.3.2. Efeitos do repúdio da herança.	373
2.4. A sub-rogação dos credores do repudiante.	373
3. A aceitação e o repúdio dos legados.	374
 CAPÍTULO XVII	
O RECONHECIMENTO E EXERCÍCIO DOS DIREITOS SUCESSÓRIOS.	375
1. Generalidades.	375
2. A demonstração da qualidade de sucessor: a habilitação e o certificado sucessório europeu.	375
2.1. A habilitação.	375

DIREITO DAS SUCESSÕES

2.1.1. Generalidades.	375
2.1.2. A habilitação judicial.	376
2.1.3. A habilitação administrativa.	377
2.1.4. A habilitação notarial.	377
2.1.5. A habilitação registral.	378
2.2. O certificado sucessório europeu.	379
3. A acção de petição da herança.	380
4. A acção de cumprimento dos legados e a acção de reivindicação ou de restituição de posse das coisas legadas.	382
5. A sonegação dos bens da herança.	384
 PARTE V	
A INDIVISÃO DA HERANÇA E A SUA LIQUIDAÇÃO E PARTILHA.	385
 CAPÍTULO XVIII	
A HERANÇA INDIVISA.	387
1. Generalidades.	387
2. Âmbito da herança indivisa.	388
3. O exercício dos direitos pelos herdeiros na herança indivisa.	389
4. A responsabilidade pelas dívidas da herança indivisa.	390
5. Natureza da herança indivisa.	391
 CAPÍTULO XIX	
A ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA.	393
1. Generalidades.	393
2. A administração pelo cabeça-de-casal.	393
2.1. Generalidades.	393
2.2. Designação do cabeça-de-casal.	394
2.3. Exercício de funções.	395
2.4. Poderes do cabeça-de-casal.	395
2.5. Deveres do cabeça-de-casal.	397
2.6. Cessação de funções.	397
3. A administração pelos herdeiros.	398
4. A administração pelo testamenteiro.	398
4.1. Generalidades.	398
4.2. Designação e exercício de funções.	399
4.3. Poderes do testamenteiro.	400

ÍNDICE

4.4. Deveres do testamenteiro.	400
4.5. Cessação de funções.	400
CAPÍTULO XX	
A ALIENAÇÃO DA HERANÇA.	403
1. Pressupostos.	403
2. Forma.	403
3. Regime.	404
4. Perturbações da prestação.	405
5. Direito de preferência.	405
CAPÍTULO XXI	
A LIQUIDAÇÃO DA HERANÇA.	407
1. Generalidades.	407
2. Âmbito dos encargos da herança.	407
3. Preferências na satisfação dos encargos da herança.	408
4. Responsabilidade dos diversos sujeitos pelos encargos da herança.	410
4.1. Generalidades.	410
4.2. A responsabilidade dos herdeiros em caso de herança indivisa.	410
4.3. Competências do testamenteiro e do cabeça-de-casal na satisfação dos encargos da herança.	412
4.4. A responsabilidade do herdeiro que procede à alienação da herança ou do quinhão hereditário.	412
4.5. A responsabilidade dos herdeiros após a partilha.	413
4.6. A responsabilidade do Estado em caso de herança vaga.	414
4.7. A responsabilidade dos legatários pelos encargos da herança.	414
4.8. A responsabilidade do usufrutuário.	415
CAPÍTULO XXII	
A PARTILHA DA HERANÇA.	417
1. Generalidades.	417
2. O direito de exigir a partilha	417
3. As atribuições preferenciais.	418
4. Modalidades da partilha.	419
4.1. Generalidades.	419
4.2. A partilha por acordo.	419
4.2.1. A partilha por contrato não formal.	419
4.2.2. A partilha por via notarial.	420

DIREITO DAS SUCESSÕES

4.2.3. A partilha através dos procedimentos simplificados de sucessão hereditária.	420
4.3. A partilha mediante inventário.	421
4.3.1. Generalidades.	421
4.3.2. O processo de inventário nos tribunais judiciais.	422
4.3.2.1. Generalidades.	422
4.3.2.2. Legitimidade para o processo de inventário.	422
4.3.2.3. Requerimento inicial e termos subsequentes.	423
4.3.2.4. Oposição, impugnação e reclamação no inventário.	423
4.3.2.5. Verificação do passivo e pagamento das dívidas.	424
4.3.2.6. Audiência prévia e saneamento do processo.	425
4.3.2.7. Conferência de interessados e licitações dos bens.	426
4.3.2.8. O incidente de inoficiosidade das doações e legados.	428
4.3.2.9. A partilha e a sua homologação.	429
4.3.2.10. Incidentes posteriores à homologação definitiva da partilha.	430
4.3.3. O processo de inventário nos cartórios notariais.	432
5. Efeitos da partilha.	434
6. Natureza da partilha.	434
 BIBLIOGRAFIA	437